

# CLIPPING IMPRESSO

14/12/2021



# INDICE

---

1. CEMULHER	
1.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	1 - 2
1.2. JORNAL PEQUENO.....	3
2. CNJ	
2.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	4 - 5
3. PRECATÓRIOS	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	6
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	7
5. PUBLICIDADE LEGAL	
5.1. JORNAL PEQUENO.....	8

# Entidades atualizam protocolo da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

Representantes de órgãos e entidades que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de São Luís participaram das atividades alusivas ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, nesta sexta-feira (10), no auditório do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Durante o evento, promovido pela 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, mais de 34 instituições assinaram o protocolo da rede criada no ano de 2002, atualizando sua composição, com a adesão de mais instituições. Também foram apresentados dados sobre a atuação da unidade judiciária neste biênio, como a emissão de medidas protetivas de urgência para proteção das vítimas de violência, prisão de agressores, uso da tornozeleira eletrônica, além das audiências e julgamentos realizados. Houve, ainda, palestras, lançamento de projeto, depoimento de uma sobrevivente de feminicídio.

Ao fazer a abertura do evento, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourenço Serejo, disse que o Dia Internacional dos Direitos Humanos, reunindo as instituições integrantes da Rede de Enfrentamento, era um

momento de muita reflexão sobre a violência contra a mulher. Ressaltou também que essa iniciativa da 2ª Vara da Mulher, com o apoio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER), do TJMA, mostra o empenho do Judiciário maranhense em combater esse mal que cada dia mais se espalha pelo país: a violência contra a mulher.

O presidente da CEMULHER, desembargador Cleones Cunha, falou sobre a desigualdade de gênero. "Precisamos acabar com essa desigualdade. A mulher sofre violência em todos os lugares; é no trabalho, ganhando menos que o homem; ouvindo piadas; acusada nas ruas de estar usando roupas provocantes; além do que ocorre dentro das próprias casa", afirmou.

A juíza titular da 2ª Vara da Mulher, Lúcia Helena Heluy, ressaltou a importância da atuação da Rede de Enfrentamento, formada pelo Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar, secretarias de Saúde, Educação, Segurança e Direitos Humanos, entidades de classe, movimentos sociais, entre outros. "Não adiantaria a Vara da Mulher ter uma atuação se não estiver em

parceria com as instituições dessa rede, onde cada órgão ou entidade tem sua atribuição, e o trabalho é feito de forma horizontal", disse a magistrada.

Após a abertura do evento, a dona de casa G.S, 41 anos, vítima sobrevivente de feminicídio, deu seu depoimento e contou como sobreviveu às 13 facadas desferidas pelo seu ex-marido, com quem teve um filho. O crime ocorreu em Paço do Lumiar, município da Grande Ilha de São Luís, em fevereiro de 2018. O acusado foi julgado e condenado a 12 anos e 8 meses de reclusão e cumpre pena preso. A vítima disse que sofreu violência durante os 15 anos de casamento. Depois de dois anos da separação, o acusado tentou reatar o relacionamento por várias vezes. Na noite do crime, ele estava na casa da vítima, a imobilizou colocando uma toalha com amoníaco em seu nariz e, em seguida, esfaqueou a mulher na barriga, pernas e cortou os seios dela. Os vizinhos ouviram gritos de socorro, invadiram a casa e o acusado fugiu. G.S foi socorrida e levada para o hospital, onde ficou internada por três meses, sendo 12 dias na UTI. Ela disse que já passou por

6 cirurgias.

## DIREITOS HUMANOS

A programação do Dia Internacional dos Direitos Humanos contou, ainda, com a palestra "Os direitos humanos e a garantia de direitos às mulheres com deficiência", preferidas pela secretária-adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, Beatriz de Carvalho. Também foi abordado o tema "A espacialização da violência contra a mulher em São Luís", resultado da pesquisa e tese de mestrado da geógrafa Amanda Ribeiro Bezerra, que estuda a violência contra a mulher.

A juíza Samira Heluy, do Termo de São José de Ribamar, apresentou o projeto "O Judiciário nas escolas, com eles e com elas, por eles e por elas", que a magistrada desenvolve junto às escolas públicas de ensino médio, desde agosto de 2021. Segundo ela, a meta é alcançar todas as nove unidades de ensino médio daquele município, com ênfase na violência contra a mulher.

Em seguida, a assessora da CEMULHER, Lidiane de Melo, apresentou as ações e projetos desenvolvidos pela Coordenadoria da Mulher nesse biênio. No evento,

também foram apresentados pela 2ª Vara da Mulher o relatório de atividades dos anos de 2020 e 2021. Nesse período – até o dia 09 deste mês - a unidade judiciária, competente para a emissão de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), distribuiu mais de sete mil medidas; determinou 48 prisões de agressores e o uso de 102 tornozeleiras eletrônicas. No ano de 2021 proferiu 5.486 decisões; realizou 167 audiências e 2717 julgamentos; foram expedidos 17.912 mandados; 17.408 mandados cumpridos pelos oito oficiais de justiça da unidade.



Evento contou com a presença do presidente do TJMA, Lourival Serejo, e dos desembargadores Cleones Cunha e Ronaldo Maciel



# Maranhão implanta ação de biometria e documentação da população carcerária

O Maranhão é o quarto estado da Federação a integrar a Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos às pessoas privadas de liberdade, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Programa Fazendo Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e mais de 150 instituições, realizada com o objetivo de ampliar o acesso a direitos e políticas de cidadania às pessoas privadas de liberdade, através da emissão de documentação básica. A Ação Nacional foi lançada nesta segunda-feira (13), no Fórum Des. Sarney Costa, com a presença de autoridades do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), entre outras instituições.

O serviço de identificação civil e emissão de documentação vai beneficiar tanto as pessoas que adentram o sistema prisional no Maranhão, no momento da audiência de custódia – quando confirmada a prisão –, quanto aquelas que já se encontram em cumprimento de pena, passando a integrar uma base de dados nacional para emissão

de documentação básica, incluindo certidões tardias ou segundas vias de documentos de identificação civil. Em 2017, dados do Executivo federal coletados em 14 estados indicavam que 8 entre 10 pessoas privadas de liberdade não possuíam documento em seus prontuários, situação que é constantemente citada pelos egressos do sistema prisional como entrave para a retomada da vida em sociedade.

O lançamento da Ação Nacional foi precedido de ações de treinamento, nos dias 23 e 24 de novembro, para servidores e servidoras da Justiça Estadual, Justiça Federal, Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) que atuam nas áreas de Tecnologia da Informação, Audiência de Custódia e na Corregedoria Geral de Justiça, sobre o uso de kits biométricos distribuídos aos tribunais de todo o país, referentes ao Fluxo Contínuo de Coleta Biométrica e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade.

A solenidade de lançamento da Ação e assinatura do Protocolo de Intenções contou com a participa-

ção do vice-presidente do TJMA, desembargador Vicente de Paula Castro, representando o desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira; do juiz auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luis Geraldo Sant’Ana Lanfredi; do juiz coordenador da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), Marcelo Moreira, representando o desembargador Marcelo Carvalho; do secretário estadual de Administração Penitenciária, Murillo Andrade; dos juizes auxiliares do CNJ/DMF Fernando Mello e Walter Godoy; da juíza auxiliar da presidência do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), Simone Trento; e do diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Sandro Abel de Sousa Baradas.

O juiz Fernando Mello, auxiliar da Presidência do CNJ no DMF, explicou que o projeto do Conselho Nacional de Justiça se apoia em muitos parceiros como TSE, DEPEN, PNUD/ONU e Arpen/Brasil, indispensá-

veis ao objetivo final que é o fluxo de documentação civil das pessoas em privação de liberdade, considerando a realidade de desconhecimento sobre as pessoas que estão no sistema penal brasileiro e que não conseguem exercer direitos de cidadania ao fim do cumprimento de pena por falta de documentação, como educação, previdência social, mercado de trabalho, Sistema Único de Saúde e outros benefícios sociais. “A iniciativa traz benefícios para a cidadania, segurança pública, com a identificação confiável, e economia aos cofres públicos”, explicou.

Para o coordenador do eixo de sistemas e identificação do programa Fazendo Justiça, Alexander Cambraia (CNJ), que coordenou o trabalho de implantação do serviço no Maranhão, o estado tem a perspectiva de se tornar um caso de sucesso na implantação do projeto, considerando o alinhamento entre as instituições que é importante tendo em vista a complexidade que envolve a emissão da documentação por meio de cadastro biométrico autenticado. “É muito importante esse alinhamento entre os atores do processo no mesmo objetivo, algo que percebemos avançado no Maranhão e que vai ajudar muito”, avalia.



Solenidade reuniu autoridades nacionais e locais do sistema de Justiça

PEC

## Câmara vota hoje trechos fatiados dos Precatórios



**A BOLA DA VEZ, AGORA, É AVALIZAR O ORÇAMENTO DE 2022**

Na reta final dos trabalhos do Congresso em 2021, deputados e senadores se desdobram para aprovar projetos essenciais ao funcionamento da máquina pública no ano que vem e para concretizar planos do governo federal. A bola da vez, agora, é avaliar o Orçamento de 2022 — ano eleitoral e que terá recursos escassos. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) tem de ser aprovado até a próxima sexta-feira, mas há empecilhos que podem atrasar o processo.

O principal desafio da Comissão Mista de Orçamento (CMO), na última semana, foi um impasse envolvendo a relatoria da área temática de Educação. O caso acabou sendo levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) recorreu à Corte questionando a escolha do senador Wellington Fagundes (PL-MT) para a área, já que ela havia sido indicada pelo líder do bloco, senador Lasier Martins (Podemos-RS) ainda em julho.

Thronicke citou o regimento para argumentar que dois parlamentares de um partido não podem ser indicados para a mesma área temática em dois anos seguidos, como é o caso de Fagundes, que foi antecedido pelo deputado Zé Vitor (PL-MG) no orçamento da educação de 2021.

No fim das contas, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, negou o pedido de liminar feito por Thronicke. Ele entendeu que o tema é um assunto “interna corporis”, ou seja, é problema do Parlamento. A resposta definitiva sobre o assunto, portanto, ficará a cargo do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), vice-presidente da comissão, o assunto deve ser discutido pelo próprio Parlamento. Ele não vê, portanto, risco de o embate atrasar o orçamento. “Isso é um problema do bloco deles (Podemos/PSDB/PSL). Aí, foi tomada a decisão pela presidente da comissão, e acabou, não tem mais o que discutir”, sustentou.



com o monumento (...)

# BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



1

O desembargador Lourival Serejo, presidente do TJ-MA, não esconde sua indignação com o monumento à extravagância de recursos públicos, quando fala da construção, abandonada de monstrengo, com o nome de Fórum Judicial de Imperatriz. Uma herança maldita.



## Projeto de Bacuri concorre em premiação do CNJ nesta terça-feira (14)

Acontece nesta terça-feira (14) a solenidade de entrega do Prêmio CNJ Juíza Viviane do Amaral, premiação criada com o objetivo de dar visibilidade a ações que visam à prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres e meninas. A iniciativa da Comarca de Bacuri, o projeto “Rosa Maria”, é um dos concorrentes à láurea do CNJ, cuja solenidade será por videoconferência, a partir das 17h. O projeto, criado e difundido em Bacuri, concorre na categoria ‘Tribunais’ e é de autoria da servidora Jéssica Rodrigues. Conforme a autora, a prática busca


dar ênfase aos direitos das crianças e adolescentes do sexo feminino e das mulheres, bem como conscientização junto à comunidade escolar, utilizando as legislações e políticas sociais em vigor no país. O projeto bacuriense integra o Banco de Boas Práticas da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher). De acordo com Jéssica Rodrigues, servidora do Fórum de Bacuri e autora do projeto, a iniciativa tem, entre seus objetivos, contribuir de forma construtiva, em

todos os âmbitos da vida da mulher, seja social, pessoal ou profissional. “Algumas ações nesse sentido já foram desenvolvidas aqui em Bacuri, tais como a efetiva preocupação com o cumprimento, em menos de 48 horas, de toda e qualquer medida protetiva. O fórum estabeleceu parcerias com as secretarias de Assistência Social e Saúde dos municípios de Bacuri e Apicum-Açu. Fizemos pedido da construção de casas de apoio a mulheres e crianças desses dois municípios, realizamos a entrega de panfletos e promovemos algumas rodas de conversas”, ressaltou a servidora.

### O PRÊMIO

O Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral foi criado para dar visibilidade a ações que visam à prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres e meninas. Nessa primeira edição, recebeu 83 inscrições. Os projetos serão analisados pela Comissão Avaliadora. Os vencedores serão anunciados até o final do mês de setembro. Os projetos contemplam as seis categorias da premiação, a saber: Tribunais; Magistrados; Atores

do Sistema de Justiça Criminal; Organizações não Governamentais; Mídia; e Produção Acadêmica. Entre as iniciativas, constam documentários que abordam o tema da violência doméstica e familiar, pesquisas de campo com relatos de vítimas de violência doméstica e dossiê sobre feminicídio com análises sobre os motivos que levam às agressões, além de propostas de treinamentos intensivos sobre discriminação, racismo, machismo e preconceito direcionados aos integrantes do Sistema de Justiça.

	<b>TJMA</b> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	<b>ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO</b> <b>Pregão Eletrônico nº 45/2021</b> <b>Processo nº 1534/2021</b>		
<p><b>Objeto:</b> Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de cuidador, cozinheiro e lavadeiro, a serem executados junto às unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário do Maranhão; <b>Reabertura:</b> 13/01/2022 às 10:00h (horário de Brasília); <b>Local:</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/">https://www.gov.br/compras/pt-br/</a>; <b>Informações:</b> Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; <b>E-mail:</b> <a href="mailto:colicitacao@tjma.jus.br">colicitacao@tjma.jus.br</a>. <b>Fones:</b> (98) 3261-6181 / 6194. São Luís/MA, 10 de Dezembro de 2021. <b>Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).</b></p>		